

O inchaço do quadro funcional da Câmara dos Deputados teve proporções maiores após a posse do então deputado Flávio Marcílio (ARENA-CE), em 1978, na presidência da casa. Sob a alegação de «necessidade», Marcílio abriu as portas do Legislativo para centenas de pessoas que, graças aos artifícios dos concursos internos, se misturam hoje aos 3.595 funcionários estatutários da Câmara.

Mas os «trens da alegria» no Brasil representam uma tradição antiga. Depois da deposição do presidente Getúlio Vargas — que fechou o Congresso Nacional em 1937 — o governo provisório foi assumido, em 1945, pelo então presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), José Linhares, que reabriu o Legislativo. Para isso, foram readmitidos antigos funcionários — cerca de 40 — e Linhares não perdeu tempo de efetivar outros 160. Esses 200 funcionários foram responsáveis pelo acompanhamento dos trabalhos da Constituinte, de 1946, que permitiria admissões no funcionalismo dos três poderes mediante concurso público. Porém, essa mesma Constituição, como todas as outras, efetivou os funcionários que estivessem prestando serviço há mais de cinco anos.

#### **Mais contratações**

O preceito constitucional só

foi quebrado, em 1960, com a mudança para a nova Capital. Até mesmo o espaço físico destinado ao Congresso em Brasília exigiu novas contratações sob a alegação de «necessidade». A partir daí, sempre que «preciso» eram abertas cinco ou dez vagas, para atender pedidos políticos. Em 1965, o então presidente da República, general Castelo Branco, utilizou-se da mesma argumentação de «necessidade» empregando cerca de 40 pessoas.

A abertura indiscriminada das portas só se deu a partir de 1978. Para criar a «necessidade» Flávio Marcílio não poupou esforços e realizou obras de ampliação que culminaram no edifício de 10 andares do anexo IV — conhecido por «Serra Pelada» por sua pintura amarelo-ouro. Assim as necessidades criadas permitiam, por exemplo, a contratação de 150 datilógrafas, que coincidentemente seriam efetivadas meses depois ou por concurso interno ou por concurso público.

Contudo, o mais escandaloso de todos os «trens» foi realizado em 1985 pelo então presidente do Congresso, senador Moacyr Dalla (PDS-ES). Desde então os «trens» não pararam de partir, nem mesmo com a «austeridade» prometida pelo governo da Nova República. (C.K.)



**O ex-senador Moacyr Dalla (PDS-ES) foi o condutor do maior «trem da alegria»: 1.400 contratações**